

Sarney Filho assina Carta e diz que País será governável

BRASÍLIA — Licenciado para assumir a Secretaria de Coordenação Política do Governo do Maranhão, o Deputado federal José Sarney Filho (PFL) marcou sua presença ontem entre os constituintes que assinaram a nova Carta, contestando o diagnóstico do seu pai — o Presidente José Sarney — de que ela tornará o País ingovernável.

— A Carta não tornará, em absoluto, o País ingovernável — disse.

Ele repetiu um gesto de rebelião contra a orientação paterna na política: em abril de 1984, votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleição direta para Presidente da República, enquanto o pai, então Presidente do PDS, lutava contra a aprovação.

Sarney Filho assinou como participante — definição encontrada para os 29 constituintes que, por motivos diversos, licenciaram-se e não acompanharam todo o processo de elaboração da Constituição. Para ele, a Carta

representa uma conquista, com ganhos sociais e políticos incontestáveis.

Pouco antes de Sarney Filho assinou a Carta o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL/BA), que apresentou declaração de voto — solução regimental criada para a circunstância de se votar favoravelmente uma matéria, embora com restrições a parte dela.

Luís Eduardo Magalhães, filho do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, não concorda com o que estabelece a nova Constituição em alguns capítulos, como o do tabelamento dos juros bancário em 12 por cento reais ao ano.

O parlamentar já havia anunciado sua decisão ao Presidente Sarney, em audiência no Palácio do Planalto. Ele disse que essa foi uma maneira de, no futuro, preservar-se das críticas que, imagina, recairão sobre os que aprovaram as matérias por ele condenadas.

BRASÍLIA pensa em fazer discurso

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney está examinando a possibilidade de fazer um pronunciamento à Nação, em cadeia nacional de rádio e televisão, no dia da promulgação da nova Carta. A decisão final ainda depende de uma avaliação dentro do próprio Governo e entre os aliados no Congresso Nacional. Sarney entende que, promulgada a Constituição, o País terá cumprido mais uma etapa do processo de transição democrática.

Do ponto de vista político, existem divergências entre assessores do Palácio do Planalto quanto à conveniência de o Presidente fazer uma aparição pública na data de promulgação da Carta. A principal delas decorre da interpretação que o meio político poderia dar a uma fala de Sarney no mesmo dia em que as atenções estarão voltadas para o Presidente da Assembléia Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que prepara uma grande festa para

marcar o advento da nova Constituição. O Presidente seria acusado de "tentar roubar a festa", criando atritos com Ulysses.

Na cúpula do Governo, entretanto, existe outra corrente defendendo o pronunciamento de Sarney. Nos bastidores do Palácio do Planalto alguns auxiliares entendem que ele não deveria se omitir, na medida em que foi o responsável pela convocação da Constituinte.

A indefinição sobre a oportunidade de o Presidente ocupar uma cadeia de televisão no dia 5 de outubro também existe quanto à estratégia para enfrentar possíveis críticas a seu Governo na campanha municipal. Até o início da próxima semana, o Gabinete Civil receberá levantamentos detalhados dos Ministérios sobre as realizações do Governo federal em todos os Estados. De posse dessa documentação, o Presidente decidirá como divulgá-la: através da televisão ou por publicações.



Ana Maria Rattes não resistiu e chorou, ao assinar a nova Constituição

Deputada chora na hora de assinar

BRASÍLIA — Uma crise de choro, da Deputada Ana Maria Rattes (PSDB-RJ) — que não resistiu à emoção —, um erro da gráfica do Senado, excluindo o nome do constituinte Roberto Augusto (PTB-RJ), e a presença de três Ministros marcaram, ontem, o quinto dia da assinatura da nova Carta. Hoje termina o prazo para a coleta de autógrafos. Ainda não assinaram 25 por cento dos 588 autores da Constituição.

Para resolver o problema de Roberto Augusto, as folhas com erros foram encaminhadas à gráfica, que efetuou a correção. Os Ministros do Desenvolvimento Urbano e da Indústria e do Comércio, Prisco Vianna (PMDB-BA) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), se encontraram, de manhã, à entrada do Salão Negro, quando o primeiro já se retirava. Ralph Biasi, da Ciência e Tecnologia assinou à tarde. Eles fazem parte da lista de 29 "participantes", constituintes que, por terem sido convocados

para outras funções, não estão exercendo seus mandatos.

A Deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), realizou gestões junto ao Memorial JK e conseguiu emprestada a caneta com que seu pai, Juscelino Kubitschek, firmara a Carta de 1946. No instante da assinatura, Márcia beijou a caneta. O Deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) já não teve tanta sorte. Ao preparar-se para assinar, percebeu que a caneta com que subscrevera a Constituição do Rio de Janeiro, em 1975, estava sem tinta. Viu-se obrigado a recorrer a uma prosaica esferográfica, cedida por um dos funcionários.

A maior parte da bancada do Rio de Janeiro escolheu o dia de ontem para subscrever a nova Carta. O Deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB) fez-se acompanhar da mãe, Dona Sara, e do filho Guilherme, de nove anos. Na mão, a Parker 51 de seu pai, que não era utilizada há 18 anos.

Tribunais prevêem dificuldades jurídicas após o dia 5

BRASÍLIA — Representando os Presidentes de Tribunais de Justiça de todo o País, o Presidente do tribunal de São Paulo, Nelson Coelho, afirmou ontem estarem os desembargadores preocupados com as dificuldades para a aplicação da nova Constituição e dispostos a debater resoluções que firmem jurisprudência até a aprovação das leis complementares. Ele previu um período de "muitas dificuldades jurídicas" após a promulgação da nova Carta, marcada para o dia 5.

Os Presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais reuniram-se ontem durante mais de duas horas com o Presidente interino do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Neri da Silveira. A saída, Coelho apontou o mandato de injunção como a disposição constitucional mais discutida no encontro. Os desembargadores não chegaram ainda a qualquer conclusão sobre a forma como será aplicado o mandato, que é considerado auto-aplicável pelos constituintes.

Na reunião, que será seguida por outras nos próximos dias, alguns dos participantes manifestaram dúvidas sobre a redação de certos artigos do capítulo do Poder Judiciário. O Desembargador Ernani Vieira de Souza, Presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, citou o artigo 93, inciso III. Segundo o texto, o acesso aos tribunais de segundo grau (dos Estados) será feito "por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alcaldia, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem".

— O texto é confuso, não sabemos como interpretar este "onde houver", estamos cheios de dúvidas, teremos que encontrar alguma luz para interpretar estes princípios — afirmou.

O próximo encontro se realizará assim que todos os Presidentes de Tribunais de Justiça tiverem em mãos a redação final da Constituição aprovada pelo Congresso no dia 22 passado.

— Somente a partir daí poderemos realizar discussões mais aprofundadas — frisou Coelho.

Telefoto de Luiz Antônio